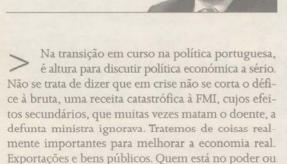
Dois problemas de economia política

JOAQUIM CUNHA*



lá quer chegar, deve debruçar-se seriamente sobre

este ponto. Não produzindo documentos genéricos,

que nada de novo dizem.

Comecemos pelas exportações. Segundo comunicado do Governo de 8 de Agosto de 2004 "as micro e pequenas empresas são a grande aposta do Governo para aumentar o universo dos exportadores nacionais e melhorar a balança comercial. Segundo um levantamento ministerial, todo o esforço feito nos últimos anos não foi em vão. Em 2003, as micro e pequenas empresas registaram um aumento de 30 por cento nas suas exportações. No ano passado, de um total de 456 novas empresas exportadoras, 342 — ou 75 por cento - eram micro e pequenas. Do total de 19 976 firmas que expor-

taram em 2003, metade pertencia a essa categoria."

Fique descansada a administração do ICEP ou os assessores de imprensa do novo Ministério. A fonte não é o Governo português. Até porque em terras lusas, talvez ninguém conheça estes valores. Trata-se do Governo brasileiro. Que mais uma vez mostra que sabe muito mais de pequenas e micro-empresas que os seus homólogos portugueses.

Em Portugal, todo e qualquer governante repete a ladainha de aumentar a competitividade e promover as indústrias exportadoras e os produtores de tecnologia. Mas alguém sabe realmente como isso se faz? Com quem? Como? Não me parece. O ICEP continua a fazer o mesmo que há 15 anos. Com os mesmos parceiros. Com menos empresas. Não vale a pena perder tempo com maus exemplos. Vale a pena é discutir, porque as prioridades, as medidas, os apoios estão errados. E receber uma prestação de contas sobre os resultados que as nossas exportações não têm.

Quanto aos bens públicos, socorramo-nos da animada campanha para a liderança do principal partido da oposição. Um dos candidatos veio defender, porque não um regresso às nacionalizações. Sem me imiscuir numa matéria, que afinal não é minha nem de ninguém, e se calhar interessa a todos, dou um conselho de graça. O ideário da nova esquerda (se é que o conceito esquerda/direita ainda faz sentido), deve passar por coisas mais concretas. Por exemplo, por questionar a privatização sem regulação forte e controlada de bens públicos.

Evidências nacionais e internacionais demons-

tram que determinadas privatizações são más para a economia e para consumidores e pequenas empresas. Dou apenas dois exemplos internacionais. O mercado livre da energia na Califórnia, em sistema de leilão, como o preconizado para a península, leva a que um reduzido número de operadores e distribuidores de energia dos EUA, pratiquem consequentemente o cambão. Há casos de que a energia tenha subido nove mil por cento num pico diário. Há casos de, no mesmo dia, a energia ser 20 a 100 por cento mais cara na Califórnia do que no Texas, que a produz.

Quem ganha? As empresas que controlam o mercado. No Rio de Janeiro, a companhia local, a Light pertencente à Vivendi, aumentou mais de 300 por cento as tarifas. E como despediu 4000 funcionários que conheciam a rede de cabeça (não havia mapa da rede escrito e catalogado?), agora os apagões sucedem-se.

Em Portugal, as telecomunicações, a electricidade, a banca, as auto-estradas, entre outros, constituem um monopólio ou oligopólios ineficientes. Não devia uma nova agenda socialista concentrar-se sobre isto? Mesmo que isso signifique menos apoio económico e alguns problemas mediáticos?

É de coisas concretas que se faz a mudança. Não de programas económicos e políticos que apenas fazem "copy + paste" de velhos e estafados chavões. Quem quiser mudar Portugal deve perceber o como, o porquê e o com quem da mudança.

* Presidente da PME-Portugal presidente@pmeportugal.com.pt